

Maioria dos bancos adere ao "pacote"

GAZETA MERCANTIL

09 AGO 1980

por Cláudio Sofatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, anunciou ontem duas boas notícias sobre a renegociação da dívida externa: até a última sexta-feira foi registrada uma adesão de mais de 90% dos bancos credores internacionais ao pacote de refinanciamento da dívida externa brasileira, correspondendo, assim, a um montante inédito atingido por um país devedor em tão pouco tempo.

Do total de bancos que aderiram ao acordo, quarenta instituições optaram pelos "exit-bonds" — os bônus de saída —, com uma subscrição, até agora, de US\$ 500 milhões, uma resposta bastante superior à que o governo argentino recebeu, de apenas três bancos, quando lançou os bônus de saída por ocasião da renegociação da dívida externa.

"A adesão de mais de 90% dos bancos supera as

expectativas mais otimistas e é a primeira vez que um nível desses é atingido na primeira rodada", assinalou o ministro da Fazenda. A nota do comitê de assessoramento da dívida externa, divulgada ontem em Nova York, mantém essa avaliação de Nóbrega.

O presidente do comitê, William Rhodes, qualificou a resposta dos bancos credores como "o melhor pacote de dinheiro novo desde a crise de agosto de 1982" e assinalou que "a resposta positiva dos bancos reflete a confiança da comunidade bancária internacional na política recentemente introduzida pela equipe econômica brasileira".

Com a adesão atingida, estão assegurados US\$ 4,7 bilhões dos US\$ 5,2 bilhões de recursos comprometidos para o refinanciamento dos juros da dívida e que ingressarão no País entre este ano e o primeiro semestre do ano que vem. Ainda está sendo analisado se esses mais de 90% representam a "massa crítica", que

compreende entre 90 e 95% dos bancos, a partir da qual o desembolso pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) da primeira tranches, de cerca de US\$ 500 milhões do empréstimo "stand-by" de cerca de US\$ 1,5 bilhão, se torna automática.

Atingida a massa crítica por esses dias, entra em funcionamento também o acordo com o Clube de Paris, viabilizando a abertura dos créditos das agências oficiais.

Segundo o ministro da Fazenda, de acordo com o cronograma externo, o contrato do acerto de refinanciamento da dívida deverá ser assinado no mês que vem e a primeira parcela dos recursos dos bancos privados, de US\$ 4 bilhões, ingressará no País no início de outubro próximo.

Como Nóbrega, também Rhodes, no telex do comitê aos credores privados do País, ressalta que "as indicações iniciais são de que os 'exit-bonds' no pacote serão um sucesso". Esses títulos foram criados especialmente para os pequenos credores que não quiserem aumentar suas "exposures" no Brasil. O limite da aquisição de bônus de saída por banco é de US\$ 15 milhões, e esses títulos, com prazo de resgate de 25 anos, 10 anos de carência e juros fixos de 6% ao ano, poderão ser trocados por OTN com cláusula de reajuste cambial, isentas de Imposto de Renda. Segundo Nóbrega, estuda-se a possibilidade de serem as OTN cambiais negociadas no mercado interno.

"É possível que as OTN cambiais tenham circulação normal no mercado brasileiro, mas a forma nós ainda estamos estudando", explicou o ministro, para quem, apesar de isenta de Imposto de Renda, a OTN cambial com prazo de 25 anos "faz uma grande diferença" para o investidor.

Conforme o telex do comitê de assessoramento, os bancos que ainda aderirem ao acordo brasileiro até o dia 2 de setembro serão beneficiados por uma comissão fixa de 1/8 (um oitavo ou 1,25%) sobre valor da participação no aporte de dinheiro novo. Os bancos que aderiram até a última sexta-feira tiveram uma taxa de 3/8 (três oitavos ou

(Continua na página 23)

Maioria dos bancos...

por Cláudia Safatle

de Brasília

(Continuação da 1ª página)

0,375%) e ontem continuavam chegando novas adesões nos telex do Banco Central.

Ao contrário das dificuldades que tem enfrentado no fronte interno da economia brasileira, a renegociação da dívida conduzida pelo ministro da Fazenda tem superado as expectativas, principalmente na questão dos prazos. Ele ressaltou na entrevista ontem que nunca houve uma adesão tão rápida a um pacote de negociação de um país endividado, na primeira rodada da vendagem do acordo externo.

A grande indagação que

tem sido colocada no modelo de negociação do ministro da Fazenda é se as condições obtidas permitirão ao País reomar o crescimento nos próximos anos sem o aporte de dinheiro novo dos bancos privados internacionais. No Ministério da Fazenda, a resposta a essa questão está na expectativa de, terminada a vendagem do acordo e revertida a situação de escalada inflacionária, o Brasil poder voltar ao mercado voluntário de crédito internacional, já que, pelo aporte compulsório de recursos, as torneiras estão totalmente fechadas. Apostase, também, no alargamento de recursos das instituições oficiais multilaterais, e Nóbrega pretende investir,

também, em alternativas que reduzam o estoque da dívida externa, seguindo caminhos abertos pela conversão da dívida em capital de risco e a experiência nova dos "exit-bonds".

O acordo externo que está sendo subscrito pelos bancos credores internacionais prevê que as dívidas vincendas entre o ano passado e 1993, num volume calculado de US\$ 63,6 bilhões, serão reescalonadas com prazo de vinte anos e oito de carência, e os US\$ 5,2 bilhões, de aporte de recursos "novos" serão pagos em doze anos com cinco de carência. Para ambos o "spread" é de 0,8125%.

Dos US\$ 5,2 bilhões de "dinheiro novo", que na

verdade refinanciarão os juros da dívida, 70% tem algum tipo de vinculação com os desembolsos do Banco Mundial (BIRD); e dos US\$ 3,6 bilhões de certa maneira vinculados, US\$ 750 milhões representarão como "co-financiamento" com o BIRD, e os US\$ 2,85 bilhões restantes ingressarão sob forma de "créditos paralelos" aos do Banco Mundial, sendo que, destes últimos, US\$ 1,8 bilhão poderá ser convertidos em investimento direto sem de-ságio.

O acordo prevê ainda uma linha de comércio de longo prazo (nove anos) de US\$ 600 milhões e a aquisição de até US\$ 1 bilhão de bônus da República do Brasil, pelos bancos credores.